

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NOVAS TECNOLOGIAS E CONTRADIÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Olimpio Sabino Lourenço*

Resumo: O presente artigo discute questões relativas à formação de mão-de-obra para o exercício do magistério frente a questões como transformações no mundo do trabalho, alterações nos instrumentos e paradigmas da comunicação, e procura apontar rumos para a discussão do problema dos cursos de formação de professores em uma sociedade globalizada.

Palavras-chave: escola; formação profissional para o magistério; novas tecnologias; educação.

De certo modo podemos dizer que este século se inicia sob o impacto das transformações ocorridas no mundo das comunicações que se tornaram muito mais rápidas, nas últimas décadas do século XX, dando-nos a certeza de que realmente estamos em um mundo globalizado. Esse fenômeno, aliado aos impactos produzidos pelo neoliberalismo no campo da política e da economia, produz profundas alterações nas relações pessoais, nas estruturas de valores e no mundo do trabalho. Enfim, em todo ou quase todo o universo humano.

Dissemos “em quase todo o universo humano” de propósito, pois há um campo onde as coisas parecem caminhar de forma mais lenta: a escola e a formação de professores. Em uma rápida olhada na realidade escolar e na formação de professores, temos a impressão de encontrar uma realidade já conhecida. E ao procedermos a uma análise histórica do desenvolvimento da educação, encontramos muitas semelhanças entre a escola atual e a escola de outros tempos (filas na entrada, profissionais com baixa remuneração e qualificação, livro didático como base curricular das atividades escolares etc.). Diante dessa realidade, somos levados a constatar que, pelo menos nos próximos anos, a educação escolar tende a não sofrer as alterações estruturais e significativas de que tanto precisa a fim de enfrentar os desafios impostos pelas transformações na sociedade moderna.

* Mestre em Educação Brasileira pela UnB, professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação, UniCEUB, professor da SEE/DF, atuando na Escola Normal do Gama, olimpiosabino@yahoo.com.br.

Exigências educacionais, novas tecnologias e formação docente

De acordo com Libâneo, pode-se dizer que há unanimidade quanto ao reconhecimento de que as transformações desencadeadas pelas novas tecnologias e pela economia globalizada virão provocar transformações na educação e no ensino de modo geral. As colocações do autor referem-se tanto à formação docente quanto à prática cotidiana desse profissional; no entanto, parece-nos que o autor trabalha no plano de um desejo ideal: “A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva...” (Libâneo, 2000, p. 7), ou seja, tem-se a impressão de que, mesmo havendo unanimidade sobre o fato de as novas tecnologias implicarem alterações no mundo escolar, a escola ainda não se alterou e permanecemos no plano das idéias. De certo modo, podemos comparar a incorporação das novas tecnologias à educação com o movimento do entusiasmo pela educação do início do século passado: as idéias existem, mas a realidade escolar permanece quase que inalterada.

Quando discutimos a formação de professores e novas tecnologias, deparamo-nos com um quase “poder pedagógico” dos meios de comunicação e das novas tecnologias de informação e suas relações com a educação. Ocorre que, para esse “poder mágico” atuar de fato, deveríamos sair do campo específico do entretenimento/treinamento; seria necessário romper com os padrões convencionais de programação que se encontram censurados, como nos diz Bourdieu (1997, p. 19):

Mas volto ao essencial: afirmei ao começar que o acesso à televisão tem como contrapartida uma formidável censura, uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação de tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita.

Consideremos que as novas tecnologias de comunicação e informação utilizam-se de paradigmas de comunicação calcados em um controle de tempo bastante rígido, que o processo de formação humana depende de um outro conceito de tempo e que em muitos casos a “simples informatização leva apenas a que as mesmas bobagens sejam feitas com maior rapidez, além do acúmulo de equipamento sofisticado utilizado como máquina de escrever” (Dowbor, 2001, p. 15). Diante desse quadro, o tal “poder mágico” não chega à escola que permanece orientada por uma visão de mundo ainda do início da era industrial.

E como os paradigmas de comunicação e de relações de poder não se alteraram, a questão da formação de professores assume uma complexidade ainda maior, principalmente se considerarmos as necessidades decorrentes dos cenários produzidos pela globalização. A situação da escola é de tal modo grave – altos índices de reprovação, repetência, existência de escolas

diferenciadas por castas sociais, inculcação ideológica com o nítido privilégio de valores de uma casta social sobre as demais, ainda que do ponto de vista legal se fale em pluralidade cultural etc. - que se tem a impressão de estar em um beco sem saída. Entretanto, acreditamos na existência de soluções para a questão, e estas devem passar pela discussão de alguns pontos, tais como: a) necessidade de um novo paradigma produtivo e suas relações com a universalização da escolarização básica; b) multiplicidade dos meios de comunicação na sociedade informacional, morte da escola convencional e substituição das relações docentes.

Por que é necessário um novo paradigma produtivo?

Durante as últimas décadas do século XX assistimos ao fim do fordismo/taylorismo. Essas transformações indicam que o período deixa de ser o século do emprego em massa e passa a ser o século do desemprego em massa. Há, no período, um acirramento das contradições entre capital e trabalho com evidente agravamento dos indicadores sociais e um conseqüente aumento da exclusão social.

O processo de reestruturação produtiva na era da globalização “deve ser compreendido como um processo de acumulação capitalista...” (DEL PINO, 2001, p. 66). O que significa dizer que o uso das tecnologias não traz em si o mal, mas dentro de determinadas relações sociais há singularidades que, no atual estágio de desenvolvimento, se traduzem em uma grande concentração de poder, sem paralelo na história. Dessa forma, há um acirramento do controle do trabalho pelo capital.

A forma específica de automação foi escolhida, com freqüência, mais por razões de poder do que de lucro ou eficiência. Ela foi projetada para profissionalizar os trabalhadores e subordiná-los ao *management* (CHOMSKY, apud DeI Pino, 2001, p. 68).

Desse modo, a atual forma de desenvolvimento passa a ter como característica fundamental o uso das novas tecnologias e das novas formas de gerenciamento da produção, trazendo como conseqüência o refinamento de mecanismos de subordinação e controle que levam ao aumento da exploração da classe trabalhadora, incorporando o trabalhador e a trabalhadora por inteiro à produção.

As alterações introduzidas no mundo do trabalho são de tal ordem que afetam também a parte da população que continua empregada. A hegemonia do neoliberalismo nas políticas sociais tem resultado na eliminação continuada das conquistas sociais. No Brasil, após a Constituinte de 1988, várias Emendas Constitucionais estão sendo aprovadas com o objetivo de desregulamentar a relação capital/trabalho. Assim, a proteção social de

quem está empregado passa a não diferir tanto assim da de quem está fora do emprego formal.

O desenvolvimento não é para todos. Ele só existe com o subdesenvolvimento de outros. A defasagem existente entre os países ricos e os países pobres não pode ser vencida com a tentativa de “recuperar” o atraso no processo de industrialização dos países dependentes. Essa diferença não se trata apenas de uma questão de tempo, mas é uma característica do próprio modelo... (DEL PINO, 2001, p. 70 e 73).

Outro conjunto de fatores que devemos levar em conta quando tratamos dessa questão diz respeito às relações norte/sul, às formas como ocorreu ao longo da história a formação dos países capitalistas e as relações de dependência estabelecidas entre suas economias e as economias do terceiro mundo.

Dentro desse cenário, desenvolve-se a profissão docente que não é excluída desses mecanismos de pressão. dependência cultural e econômica; igualmente as reformas educacionais se dão dentro desse contexto de flexibilização e subordinação no qual não apenas os aspectos econômicos são determinantes, mas também os aspectos políticos ideológicos.

Por conseqüência, a formação profissional não pode ser reduzida a uma questão técnica. Não se trata apenas de reduzir ou aumentar o número de anos para a formação, não é tão simples como definir se esta ou aquela habilitação deve ser dada em nível médio, superior ou na pós-graduação. Procedendo dessa maneira, estaremos transformando questões políticas e sociais em questões técnicas. E, ao deixarmos de discutir os paradigmas produtivos, permanecemos nos marcos do pensamento neoliberal e, dessa maneira, estaremos contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais. Do ponto de vista do exercício da profissão, sequer resolveremos as questões relativas aos postos de trabalho, pois a “questão da empregabilidade”, como nos demonstra Del Pino (2001), depende de outros fatores. Multiplicidade dos meios de comunicação na sociedade informacional, morte da escola convencional e substituição das relações docentes.

A discussão sobre o grande impulso dos meios de comunicação e as mudanças necessárias ao sistema escolar para “adaptar-se aos novos tempos” não é nova. Podemos encontrar suas origens na década de 1970, com Illich (1985) que, após desenvolver crítica bastante profunda sobre a instituição escolar, apresenta como alternativa para os problemas da formação contemporânea, em sua obra *Sociedade sem escolas* a criação de teias de aprendizagem. Resumidamente, as novas instituições devem dar a todos que queiram aprender acesso aos recursos disponíveis, em qualquer época; capacitar a todos que queiram partilhar o que sabem a encontrar os que queiram aprender e, finalmente, dar a todos os que queiram tornar público um assunto a possibilidade de fazê-lo. Note-se a semelhança desse conceito com as redes de computadores existentes hoje.

Mas insistimos que não se trata apenas de um problema técnico. Devemos colocar-nos algumas questões sobre os aspectos político-econômicos envolvidos na questão da incorporação de tecnologias. Nunca é demais salientar que estas devem ser incorporadas à atividade docente dentro do grau de desenvolvimento de cada sociedade ou simplesmente estaremos disponibilizando nossas escolas para funcionarem como mercado para a colocação de equipamentos que nem sempre contribuem para o melhor desenvolvimento da atividade escolar.

Logo, não se trata do fim da escola como preconizava Illich, mas como nos ensina Platão, a respeito da Filosofia que consiste no “uso do saber em proveito do homem”. Aqui se trata de buscar a incorporação de elementos disponíveis a fim de facilitar o trabalho pedagógico, o desenvolvimento humano. Enfim trata-se de colocar as novas tecnologias a serviço do homem e não como mais um de seus senhores. Trata-se da criação de novas relações pedagógicas de forma a possibilitar não apenas a transmissão de conhecimento, mas, assim como nos alerta Leonardo Boff (1999), buscar a criação de “uma nova ética a partir de uma nova ótica”. Para tanto devemos buscar estabelecer uma comunidade de aprendizagem pautada por valores humanos que respeitem as diversidades culturais, eliminem a exploração do homem e contribuam para a preservação do planeta.

O alcance desses objetivos implica sem sombra de dúvida a revisão dos atuais paradigmas que orientam a formação docente no Brasil, uma vez que estes, em sua grande maioria, se orientam por teorias liberais ou neoliberais, a exemplo da teoria do capital humano nos anos 70 e do discurso da preparação de “mão-de-obra flexível” capaz de se adaptar às necessidades do mercado, nos anos 90. Essas concepções teóricas fundam por atrelar a educação e a formação de professores a uma visão estreita de mercado, limitando o fazer pedagógico às relações de consumo, contribuindo para o esvaziamento da escola e da formação docente que necessitam mudar sob pena de perder seu significado. Entretanto, a redução de currículos ou a simples introdução de matérias ligadas às novas tecnologias não resolve a questão. Faz-se necessário repensar a escola como um todo ou correremos o risco de transformá-la em um *fast food* pedagógico, deixando de lado aspectos que poderiam contribuir para a criação não só de novos profissionais, mas de uma nova escola que privilegiasse aspectos ligados à humanização e que, como nos ensina Paulo Freire, buscasse fugir da neutralidade, uma vez que: “A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um 'compromisso' contra os homens, contra sua humanização...” (FREIRE, 1982, p. 19).

Referências

ABBAGANANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2000.

- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar, ética do humano – compaixão pela terra*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARNOY, Martin. *Educação, economia e estado: base e superestrutura relações e mediações*. São Paulo: Cortez, 1990.
- DEL PINO, Mario. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILE e FRIGOTTO. *A cidadania negada*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2001.
- DOWBOR, Ladislau. *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*. Petrópolis: Vozes. 2001.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GENTLI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ILLICII, Ivan. *Sociedade sem escolas*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Questões de nossa época; n. 67.